



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 27/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2024
PROCESSO DIGITAL Nº 61154/2024
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO: 29 DE JULHO DE 2024
HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: 9:00h
ENDEREÇO ELETRÔNICO – <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>
CÓDIGO UASG: 926434

A Câmara Municipal de Araucária, Paraná, através do pregoeiro, designado pela Portaria nº 90/2024, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 39.132/2023, Portarias 245/2020 e 111/2024.

A PARTICIPAÇÃO NESTA LICITAÇÃO SIGNIFICA PLENO CONHECIMENTO DE SUAS INSTRUÇÕES, NÃO CABENDO, APÓS SUA ABERTURA, ALEGAÇÕES DE DESCONHECIMENTO DE SUBITENS, OU RECLAMAÇÕES QUANTO AO SEU CONTEÚDO. ANTES DE ELABORAR PROPOSTAS AS LICITANTES DEVERÃO LER ATENTAMENTE O EDITAL E DEMAIS DOCUMENTOS ANEXOS.

1 DO OBJETO

- 1.1** Contratação de empresa especializada para administração e provimento de vagas do Programa Aprendiz no Âmbito do Poder Legislativo do Município de Araucária, sendo de nível fundamental, nível médio e PNE (Portadores de Necessidades Especiais), seguindo ser o público-alvo deste programa preferencialmente por jovens de classes sociais desfavorecidas e/ou situação de risco social conforme a Lei 3.892/2022 para a Câmara Municipal de Araucária.

2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 2.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2** O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Não poderão disputar esta licitação:

- I)** Aquele que não atender às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- II)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- III)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- IV)** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- V)** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VI)** Agente público do órgão ou entidade licitante;
- VII)** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- VIII)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- IX)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6 O impedimento de que trata o item 2.5 subitem II será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7 A vedação de que trata o item 2.5 subitem VI se estende a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.8 Conforme as características do objeto e contratação do serviço e também devido a obtenção de orçamentos com empresas caracterizadas somente como DEMAIS, ainda justificando as dificuldades em se obter cotações de empresas caracterizadas como ME, EPP e MEI e para ampliar o rol de participantes, este certame licitatório admite a participação de ME, EPP e MEI, porém não é de exclusividade das mesmas.



3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, a proposta com a descrição dos objetos ofertados (por item) e o preço (por item), conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 3.2 O valor máximo estimado para a aquisição do item da presente licitação é de **R\$ 220.451,10 (duzentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e dez centavos)**. A competitividade do certame licitatório se fará pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, devendo o licitante formular sua proposta e lances observando o valor máximo para cada item, definido no Anexo I, do presente Edital, não podendo ultrapassá-lo, sob pena de desclassificação.
- 3.3 O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 3.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- I) Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - II) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - III) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - IV) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 3.8** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- I)** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - II)** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- I)** O valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.13** O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- I)** Valor unitário (mensal) e total (anual) de cada item, com duas casas decimais. O sistema disponibiliza quatro casas decimais, por este motivo, salienta-se que é de inteira responsabilidade do fornecedor o preenchimento correto do valor da proposta;
 - II)** Inclusão dos documentos da proposta, conforme modelo proposto no Anexo III deste Edital, em formato PDF, no campo “Incluir Anexo da Proposta”.
 - III)** Marca (se for o caso);
 - IV)** Fabricante (se for o caso);



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- V) Descrição do objeto, contendo a descrição detalhada de cada item. Caso não informada a licitante se compromete a ofertar o serviço de acordo com as especificações contidas no Edital e Termo de Referência.
- 4.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços.
- 4.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo de validade da proposta não esteja expresso no sistema COMPRAS.GOV.BR, a licitante se compromete a cumprir o prazo estipulado neste item.
- 4.5 É vedada ao licitante, sob pena de desclassificação, a identificação da proposta de preços no sistema eletrônico (esta vedação não se refere a proposta de preços anexada, e sim às informações digitadas no sistema).
- 4.6 O licitante deverá enviar seus documentos para habilitação, em formato PDF, mediante anexo, no sistema eletrônico, no campo “Incluir Anexo da Habilitação”.
- 4.7 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.
- 4.8 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6 O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 5.7 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.9 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.10 O **intervalo mínimo de diferença de valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.
- 5.11 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 5.12 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa combinado “aberto e fechado”. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.13 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 5.13.1 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 5.13.2 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
 - 5.13.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 5.13.4 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 5.13.5** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente aos Gestores do Sistema COMPRAS.GOV.BR;
- 5.13.6** Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 5.13.7** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa combinado aberto e fechado.
- 5.19.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- I)** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - II)** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - III)** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - IV)** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.19.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- I)** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - II)** Empresas brasileiras;
 - III)** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - IV)** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 5.20** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 5.20.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.20.2** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.20.3** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.20.4** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.21** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitabilidade da proposta vencedora.

6 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 6.1** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexo(s).
- 6.2** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado por item (Acórdão nº 1455/2018 -TCU – Plenário), ou que apresentar preço manifestadamente inexequível.
- 6.3** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais/por item ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 6.4** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 6.5** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 6.6** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.7** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 6.8** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio do Sistema COMPRAS.GOV.BR. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio de e-mail: pregoeiro@araucaria.pr.leg.br, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.9** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.10** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.11** O Pregoeiro poderá solicitar pareceres técnicos ao quadro de pessoal das Diretorias ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 6.12** O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação da proposta escrita ou ainda catálogos, ou outros documentos necessários para a sua avaliação por meio da opção “enviar anexo” do Sistema COMPRAS.GOV.BR. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail: pregoeiro@araucaria.pr.leg.br. Quando a descrição detalhada do objeto, constante no sistema COMPRAS.GOV.BR, não for suficiente para análise da área técnica, caso em que, individualmente, o Pregoeiro comunicará a necessidade do envio via chat, estabelecendo prazo para tal.
- 6.13** O licitante que deixar de enviar a documentação solicitada conforme especificado anteriormente, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo à aplicação de sanções previstas neste Edital.
- 6.14** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 6.15** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.16** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.17** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Câmara Municipal de Araucária, aos cuidados do Pregoeiro no endereço: Rua Irmã Elizabeth Werka, 55, Jardim Petrópolis Araucária/PR – CEP 83.704-580, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro no sistema COMPRAS.GOV.BR.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1** Encerrada a etapa de aceitabilidade da proposta vencedora, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 legislação correlata e no item 2.5 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- I) SICAF;
 - II) Cadastro de Impedidos de Licitar, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.
 - III) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - IV) Consulta ao CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas;
 - V) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e demais comprovações cabíveis;
- 7.2 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação, conforme abrangência da penalidade.
- 7.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 7.5 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.
- 7.6 O interessado mediante utilização do sistema deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil, anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 7.7 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 7.8 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 7.9 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.
- 7.10 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 7.11 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados a Câmara Municipal de Araucária, aos cuidados do Pregoeiro a no endereço: Rua Irmã Elizabeth Werka, 55, Jardim Petrópolis Araucária/PR - CEP 83.704-580, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro no sistema COMPRAS.GOV.BR.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 7.12** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.13** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- I)** Contiver vícios insanáveis;
 - II)** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital;
 - III)** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - IV)** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - V)** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.14** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.15** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.15.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.15.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.16** Caso o Termo de Referência, Anexo II deste Edital, exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.17** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.18** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema, ou por correio eletrônico.
- 7.19** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.20** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações do Termo de Referência, Anexo II deste Edital.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 8.1** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e Econômico-Financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2** Ressalvado o disposto no item 3.5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 8.2.1 Habilitação Jurídica**
- I)** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - II)** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
 - III)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 - IV)** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 - V)** Para empresa que se declarou na condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, deverá apresentar documento comprobatório de que a proponente se enquadra em tal condição, emitido com a antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação;
 - VI)** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
 - VII)** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.2.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**
- I)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - II)** Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - a)** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
 - III)** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- IV) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- V) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- VI) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeitos de negativa com a Fazenda Estadual e Municipal da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- VII) Certificado de Regularidade do FGTS;
- VIII) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas;
- IX) Declaração de cumprimento do art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

8.2.3 Qualificação Econômica financeira

- I) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.2.4 Qualificação Técnica

- I) Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
 - a) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- II) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- III) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
 - a) Serviços de Administração de Aprendizizes, na condição de agente de contratação, sendo responsável pela Folha de Pagamento, entrega de



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

uniformes, cursos e demais atividades pertinentes.

- IV) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- V) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.
- VI) O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- VII) Prova de atendimento aos requisitos previstos na lei de aprendizagem (Lei n. 10.097/2000).

8.2.5 Outros Documentos:

- I) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, conforme art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.
- II) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação, conforme art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.
- III) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes, na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação, conforme art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

8.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.4 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.5 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.6 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.6.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, contados da solicitação do pregoeiro.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 8.7** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.7.1** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante melhor classificado.
- 8.8** Após a entrega dos documentos para habilitação, conforme art. 64 da Lei 14.133/2021, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 8.8.1** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.8.2** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.9** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação ou o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.10** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 8.6.1.
- 8.11** Somente serão disponibilizados para acesso ao público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.12** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação e não como condição para participação na licitação, conforme art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

9 DOS RECURSOS

- 9.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- I)** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- II)** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 9.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.araucaria.pr.leg.br> – Portal da Transparência – Compras/Licitações, ou <https://camaraaraucaria.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.

10 DA CONTRATAÇÃO

- 10.1** Observados os dispostos no artigo 91 da Lei 14.133/2021, a contratação se dará via assinatura de contrato/termo de convênio;
- 10.2** O instrumento contratual deverá ser assinado em até 03 (três) dias úteis, a contar da data de recebimento da convocação formal.
- 10.3** Para qualquer caso será exigida da proponente as seguintes comprovações:
- 10.3.1** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 10.3.2** Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
- 10.3.3** Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 10.3.4** Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa vencedora.
- 10.3.5** Consulta ao CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas;
- 10.3.6** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e demais comprovações cabíveis.
- 10.3.7** Comprovação de aptidão para o fornecimento de serviços e bens similares de complexidade tecnológica e/ou operacional. equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- I)** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- a)** Prestação do serviço equivalente pelo período mínimo de 04 (quatro) anos.



- b) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

- 10.4** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1** Emitir Ordem de Compra/Empenho.
- 11.2** Encaminhar para a CONTRATADA, Ordem de Compra em arquivo digital, via correio eletrônico (através do e-mail: compras@araucaria.pr.leg.br);
- 11.3** Efetuar o pagamento após os itens recebidos definitivamente;
- 11.4** Aprovar ou reprovar os itens, após a vistoria e entrega dos mesmos;
- 11.5** Supervisionar, fiscalizar e atestar a entrega dos itens pela CONTRATADA;
- 11.6** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE terá, em especial, poderes para acompanhar e sustar a entrega dos itens que estejam em desacordo com as especificações, normas ou sua orientação;
- 11.7** Notificar a CONTRATADA por escrito, sobre a aplicação de eventuais penalidades, através da Gestão de Contratos, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- 11.8** Garantir o livre acesso às dependências da Câmara Municipal de Araucária aos funcionários da empresa durante o horário estipulado para a prestação dos serviços.

12 DAS OBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E PROIBIÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1** À CONTRATADA caberá as seguintes obrigações:
- I)** Acusar o recebimento da Ordem de Compra via correio eletrônico (compras@araucaria.pr.leg.br).
 - II)** Cumprir fielmente os prazos de entrega estabelecidos no Termo de Referência.
 - III)** Fornecer o objeto em conformidade com o ANEXO I do Termo de Referência.
 - IV)** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não elimina em hipótese alguma, a responsabilidade das CONTRATADAS pelo perfeito estado dos materiais e serviços entregues. O fato dos materiais e serviços não serem entregues de acordo com as normas e/ou descrição, não significa tolerância ou aquiescência por parte da fiscalização de contratos. Os erros devem ser evitados ou imediatamente corrigidos.
 - V)** Deverá a CONTRATADA, operar em consonância com o que rege a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo os princípios de confidencialidade e integridade das informações trafegadas, sob custódia da CONTRATANTE;
- 12.2** À CONTRATADA caberá as seguintes responsabilidades:
- I)** Responsabilizar-se por todas as despesas relativas ao serviço, interna ou externamente, conforme o momento de execução;
 - II)** Responsabilizar-se total e integralmente pela entrega do serviço;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- a) A fiscalização exercida pela Câmara Municipal de Araucária não elimina em hipótese alguma, a responsabilidade do fornecedor pelo perfeito estado do serviço entregue. O fato do serviço não ter sido entregue de acordo com as normas e/ou descrição, não significa tolerância ou aquiescência por parte de fiscalização. Os erros devem ser evitados ou imediatamente corrigidos.
- III) Responsabilizar-se pela readequação dos serviços que não estiverem compatíveis com as especificações, sob suas expensas, em conformidade com o art. 119 da Lei nº 14.133/2021, e nos prazos conforme Cláusula Quarta – Dos Prazos, Local e Condições de Entrega deste Contrato.
- IV) Prover e exigir dos jovens aprendizes, quando em serviço nas dependências da Câmara Municipal de Araucária, o uso obrigatório de uniformes, crachás de identificação, quando for o caso;
 - a) Os crachás deverão ter nome visível e escrito “APRENDIZ”.
 - b) Fornecer os uniformes a serem utilizados pelo jovem aprendiz, conforme disposto neste Edital e seus Anexos, sem repassar quaisquer custos a estes.
- V) Responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou terceiros por culpa de defeitos ocultos, descobertos futuramente, nos serviços contratados.
- VI) Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total da entrega do serviço;
- VII) Responsabilizar-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive parafiscais), que direta ou indiretamente incidam ou vierem a incidir sobre o objeto deste Contrato;
- VIII) Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria;
- IX) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítima os seus empregados no decorrer da prestação do serviço ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da Câmara Municipal de Araucária;
- X) Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada a execução do objeto, originalmente ou vinculados por prevenção, conexão ou contingência
- XI) A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no futuro contrato, não transferem à Administração da Câmara Municipal de Araucária a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, razão pela qual o fornecedor renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Câmara Municipal de Araucária;

12.3 À CONTRATADA caberá as seguintes proibições:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- I) É proibido por parte do fornecedor, durante a vigência do contrato, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Araucária;
- II) É proibida a subcontratação para o objeto contratual;
- III) É proibido veicular publicidade acerca do objeto deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Câmara Municipal de Araucária;
- IV) É proibido, durante a vigência do contrato, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Araucária e veicular publicidade acerca do objeto deste termo, salvo se houver prévia autorização da Câmara Municipal de Araucária.

13 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 Conforme Art. 155 da Lei 14.133 de 2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente em caso de:

- I) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III) Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- V) Dão manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:
 - a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) Deixar de apresentar amostra;
 - e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
- VI) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida e válida para a contratação;
- VII) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- IX) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII) Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 13.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- I)** Advertência;
 - II)** Multa;
 - III)** Impedimento de licitar e contratar e
 - IV)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3** Na aplicação das sanções serão considerados:
- I)** A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II)** As peculiaridades do caso concreto;
 - III)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV)** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4** Caso a CONTRATADA, seja responsabilizada por ato, que esteja enquadrado em algum subitem do item 13.1, estará sujeita às sanções, conforme consta no art. 156, Lei 14.133/2021:
- I)** Advertência, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista, inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
 - II)** A Multa será recolhida em percentual de 10% a 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - a)** Para as infrações previstas no item 13.1, subitens I, II e III, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
 - b)** Para as infrações previstas no item 13.1, subitens V, VI, VII, VIII e IX, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
 - c)** Nos casos de reincidência formalmente notificada de qualquer descumprimento passível de advertência e no descumprimento dos prazos estabelecidos e condições de entrega/recebimento contidos no item 15 deste Edital, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
 - III)** Impedimento de licitar e contratar com o Município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos pelas infrações administrativas previstas nos subitens II, III, IV, V, VI e VII do item 13.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção.
 - IV)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelas infrações administrativas previstas nos subitens VIII, IX, X, XI e XII do item 13.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- 13.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6** No processo de aplicação de sanções para apuração de responsabilidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis contado da data de sua intimação.
- 13.7** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.2, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 13.8** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.9** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.10** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 13.11** Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 13.12** As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

14 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 14.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 14.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail pregoeiro@araucaria.pr.leg.br, ou por petição dirigida ou protocolada no Protocolo da Câmara Municipal de Araucária, situada à Irmã Elizabeth Werka 55, Bairro Fazenda Velha, CEP 83.704-580, Araucária/PR, no horário de 08h às 12h e das 13h às 17h.
- 14.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.4.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação ou Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 14.5** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15 DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 15.1** O prazo da entrega tem seu início de contagem a partir da data de envio da Ordem de Compra (data que consta no documento encaminhado via correio eletrônico ao fornecedor).
- 15.1.1** O prazo de início da realização dos serviços será de até 15 (quinze) dias corridos, prorrogáveis por até mais 15 (quinze) dias corridos, não ultrapassando o limite de 30 (trinta) dias corridos.
- I)** A prorrogação será mediante solicitação e justificativa enviada por e-mail (fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br) e/ou devidamente protocolada na Câmara Municipal de Araucária, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis do vencimento do prazo.
- II)** A justificativa será analisada pela Diretoria-Geral, que concederá ou não a prorrogação conforme critérios da Administração.
- III)** O prazo de resposta para pedidos de prorrogação são de 02 (dois) dias úteis.
- IV)** Fica a Fiscalização de Contratos (fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br) responsável por comunicar por correio eletrônico a decisão ao requerente.
- V)** O prazo da prorrogação terá seu início informado no documento expedido que a autorizar.
- VI)** Horário das atividades dos aprendizes será entre: as 8:00h às 17h respeitando o limite de 4 (quatro) horas diárias, em conformidade com o art. 1º e art. 16 da Lei nº 3.892 de 1º de Junho de 2022.
- 15.1.2** Os aprendizes atuarão no seguinte endereço: Rua Irmã Elizabeth Werka, 55 CEP 83704-580, no bairro do Fazenda Velha, na Cidade de Araucária, PR, no Edifício da Câmara Municipal de Araucária.
- 15.1.3** Os aprendizes farão os cursos no endereço sede da CONTRATADA e/ou local a ser definido pela mesma.
- 15.2** O objeto deverá estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado no ANEXO I, deste Termo de Referência.

16 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 16.1** Observado o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021 e Resolução nº. 91/2023 de 30 de março de 2023 (Capítulo XXII), o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma
- 16.2** Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO informando o término da execução do serviço, para posterior análise da conformidade com as especificações e qualidade do objeto (a ser verificada pela Fiscalização de Contratos em conjunto com o Setor Solicitante);
- 16.3** Definitivamente, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do CONTRATADO, após a verificação e análise da qualidade do objeto e consequente aceitação, pela Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos.
- 16.4** Por ocasião da entrega do objeto, a CONTRATADA deverá colher o Termo de Recebimento Provisório, emitido pela Fiscalização de Contratos.
- 16.5** No ato do recebimento, a Fiscalização de Contratos fará a verificação dos serviços prestados.
- 16.6** Constatadas irregularidades no objeto contratual, a CONTRATANTE poderá:
- I)** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte;
 - II)** Rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, e será lavrado Termo de Recusa, apontando as falhas constatadas
- 16.7** No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o mesmo ser novamente executado, conforme critérios a serem estabelecidos pelo Setor Solicitante.
- 16.8** Após notificação, à CONTRATADA deverá providenciar as correções do objeto imediatamente após ser notificado pela Fiscalização de Contratos, com o prazo de 02 (dois) dia(s) útil(eis).
- 16.9** Caso as correções não ocorram no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no Edital e/ou Contrato e/ou Instrumento Contratual.
- 16.10** O recebimento provisório ou definitivo do serviço não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO pela solidez, qualidade e segurança do objeto e nem ético-profissional pela perfeita execução do mesmo;

17 O recebimento definitivo dar-se-á:

- 17.1** Após a verificação física que constate a integridade dos itens;
- 17.2** Após a verificação da conformidade com as quantidades e especificações (descritivos) constantes no Termo de Referência.
- 17.3** Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á o Termo de recebimento Definitivo, assinado pela Chefia da Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos.

18 DA GARANTIA DOS SERVIÇOS



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 18.1** A garantia mínima dos serviços deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir do Recebimento Definitivo pela Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos.

19 DO PAGAMENTO

- 19.1** A Nota Fiscal deverá ser emitida mensalmente e apresentar campo com a descrição dos dados bancários. Juntamente a Nota fiscal o fornecedor deverá encaminhar os seguintes documentos:
- I)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - II)** Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
 - III)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - IV)** Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa vencedora.
- 19.2** O pagamento ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após lavrado Termo de Recebimento Definitivo, ateste da Nota Fiscal e das certidões pela Fiscalização de Contratos.
- 19.3** O valor mensal da referida contratação será de R\$ xxxx,xx, totalizando o valor total anual de R\$ xxxx,xx.
- 19.4** O pagamento será realizado através de Ordem Bancária, em conta e agência bancária a ser especificada pela CONTRATADA na Nota Fiscal. Na Nota Fiscal, conforme Regime Tributário da Contratada, deverá vir especificado a retenção de Imposto de Renda (IR).
- 19.5** Na apresentação do Termo de Recebimento Definitivo pela Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos poderá ser realizado o devido pagamento, mesmo com a ausência de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista. Contudo, será aberto o devido processo administrativo que poderá acarretar sanção, rescisão contratual, além das penalidades previstas em lei.
- 19.6** As despesas decorrentes deste pregão correrão pela dotação orçamentária conforme segue:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Araucária		Unidade: 001 - Câmara de Vereadores
Função: 0001 – Legislativa		Subfunção: 0031 - Ação Legislativa
Programa: 0001 - Programa Municipal de Ação Legislativa		
Ação: 2001 - Manter o quadro funcional da Câmara de Vereadores		
Elemento da despesa orçamentária: (3) 3.3.50.41 – Contribuições		
Referência: 1602	Vínculo (Fonte): 01001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados) / Exercício Corrente	
Reservado: SIM	Nº. da Reserva: 143/2024	Saldo da dotação: R\$ 29.548,90
Código e título do desdobramento: 3.3.50.41.45.00 DEMAIS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR PARA PROMOÇÃO GRATUITA DA EDUCAÇÃO		
Descrição do desdobramento: Registrar as despesas do Plano de Aplicação realizadas com Pessoal e Encargos Sociais da Entidade, na hipótese de não configurar substituição de mão de obra do quadro próprio da Concedente.		
Classificação Institucional e Funcional-programática: 01.001.01.031.0001.2001.3.3.50.41.45		

20 DA FISCALIZAÇÃO

- 20.1** Fica sob responsabilidade da Câmara de Vereadores de Araucária, por meio da Fiscal de Contratos Rosimaria Araújo da Silva, Matrícula nº 2054 e CPF nº 829.199.339-49, ou, quando necessário, a Fiscal Substituta Rayane Ferreira dos Santos Souza, Matrícula nº 20701 e CPF nº 083.295.389-07, acompanhar a execução da entrega, registrar em relatório todas as ocorrências relacionadas com a sua execução e



determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

21 DA GESTÃO DE CONTRATOS

- 21.1** Fica sob responsabilidade da Câmara de Vereadores de Araucária, por meio do(a) Gestor(a) Lucivanda Silva Camargo, CPF nº 489.770.559-20 (Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos, tomar providências para a formalização de Processo Administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções conforme art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 22.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.9** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.10** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.araucaria.pr.leg.br> – Portal da Transparência – Compras/Licitações, ou <https://camaraaraucaria.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>
<https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras> –
códigoUASG: 926434.
- 22.11** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
Anexo I Quadro de quantidades, especificações e condições gerais;
Anexo II Termo de Referência;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

Anexo III	Modelo de Declaração de Contratos Firmados;
Anexo IV	Modelo de Proposta;
Anexo V	Planilha de Preços;
Anexo VI	Modelo de Declaração de Indicação de Representante;
Anexo VII	Modelo de Declaração de Responsabilidade;
Anexo VIII	Minuta de Termo de convênio.

Araucária, 09 de julho de 2024.

BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

ANEXO I – QUADRO DE QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS

1 DAS ESPECIFICAÇÕES

Item	CATSER	Descrição	Quantidade estimada de vagas	Unidade	Qtde (Mês)	Valor unitário (mensal)	Valor total (12 meses)
01	15156	Contratação de empresa para administração de vagas do Programa Aprendiz, na condição de agente de contratação.	08	Mensal	12	R\$ 18.370,91	R\$ 220.450,92

- 1.1 Redações dadas pela Lei 3.892/2022 e suas alterações posteriores.
- 1.2 A folha de pagamento será administrada pela Contratada, cabendo a mesma todos os encargos e demais (conforme Lei Vigente).

2 DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1 Os orçamentos deverão vir datados e com prazo mínimo de vencimento de 90 (noventa) dias, a contar da data de envio.
- 2.2 O programa aprendiz será realizado na Sede da Câmara Municipal de Araucária, localizada na Rua Irmã Elizabeth Werka, n. 55, Jd. Petrópolis – CEP 83704-580.
- 2.3 Caso o fornecedor opte por fazer a vistoria, a mesma deverá ser agendada com a responsável pela Escola do Legislativo, pelo telefone (41) 3641-5200, ou por E-mail: escoladolegislativo@araucaria.pr.leg.br.
- 2.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 2.5 O Agente de Contratação a ser contratado deverá prestar um atendimento especializado, receptivo e ativo, executado por meio de profissionais qualificados em normas, regulamentos, processo de supervisão e sistemas eletrônicos de processamento de dados, bem como serviços de suporte operacional e administrativo, gestão e disponibilização de informações gerenciais estratégicas, necessários para a adequada gestão do processo de atendimento, sua coordenação e supervisão.
- 2.6 O Agente de Contratação deverá estar inscrito e aprovado no Cadastro Nacional de Aprendizagem, com capacidade técnica e administrativa na prestação de serviços de Agente Empregador do Aprendiz, pertinentes a qualificá-los para o mercado de trabalho, além do registro em Carteira de Trabalho (CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social), de acordo com a regulamentação vigente.

3 DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS: PROGRAMA APRENDIZ

- 3.1 O quantitativo de vagas ofertadas servirá de base para a formação dos preços, não ficando obrigada a Contratante a contratar a totalidade destas. Este quantitativo poderá ainda sofrer alterações para mais ou para menos.
- 3.2 O Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que há o compromisso de



assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

- 3.3** O prazo de vigência do contrato previsto não se aplica ao contrato celebrado com o aprendiz com deficiência.
- 3.4** A validade do contrato de aprendizagem pressupõe sua formalização mediante anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental ou ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.
- 3.5** O contrato de aprendizagem estabelecido em nenhuma hipótese implicará vínculo de emprego do aprendiz com o Poder Legislativo do Município de Araucária.
- 3.6** A contratação de aprendizes que serão postos à disposição do Poder Legislativo do Município de Araucária far-se-á de modo indireto, por meio dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou entidades referidas no artigo anterior, que celebrarão com os aprendizes, contratos de aprendizagem, devidamente anotados na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
- 3.7** O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, exceto na hipótese de aprendiz com deficiência, ou, ainda antecipadamente, nas seguintes hipóteses:
- I)** Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, salvo para o aprendiz com deficiência quando desprovido de recursos de acessibilidade, de tecnologias assistivas e de apoio necessário ao desempenho de suas atividades;
 - II)** Não adaptação do aprendiz às atividades que lhe forem atribuídas;
 - III)** Falta disciplinar grave, caracterizada por quaisquer das hipóteses descritas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho;
 - IV)** Ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo;
 - V)** A pedido do aprendiz;
- 3.8** As condições dos aprendizes deverão estar de acordo com a Lei 3.892 de 01/06/2022;
- 3.9** A carga horária dos aprendizes será de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, observado o horário de funcionamento da Contratante, desde que compatível com o horário escolar, devendo ser cumprida no local indicado pela Contratante;
- 3.10** É vedado aos aprendizes carregar peso excessivo, realizar serviços de copa e limpeza, bem como serviços particulares (bancos, pequenas compras de alimentação, serviços de loteria, etc.) para qualquer empregado/servidor e/ou colaborador da Contratante e/ou Contratada.

4 DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1** Participar da elaboração do contrato a ser celebrado com o agente de contratação;
- 4.2** Formalizar, conforme a legislação pertinente exige, as oportunidades de aprendizes;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 4.3 Solicitar ao órgão pertinente, a indicação de aprendizes que preencham os requisitos exigidos pelas oportunidades ofertadas, conforme demanda da Câmara Municipal de Araucária;
- 4.4 Informar o nome das pessoas que efetivamente farão o programa aprendiz;
- 4.5 Celebrar com o aprendiz a contratação (via carteira de trabalho e/ou contrato), observando-se as exigências contidas nas normas legais e regulamentares pertinentes;
- 4.6 Possuir uma via de cada contrato de aprendiz;
- 4.7 Receber os aprendizes encaminhados e manter com os mesmos entendimentos sobre as condições de realização do programa aprendiz.
- 4.8 Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços e permitir o acesso às instalações e aos equipamentos que os aprendizes devam utilizar e que estejam em poder ou sob a guarda da contratante, desde que os mesmos não sejam sigilosos.
- 4.9 Alertar os aprendizes acerca do caráter reservado das informações, operações e documentos da contratante e sobre o cumprimento das normas disciplinares.
- 4.10 Conceder aos aprendizes o devido pagamento, na data correta estipulada e demais direitos vigentes na Lei;
- 4.11 Participar da sistemática de acompanhamento, supervisão e avaliação dos aprendizes, fornecendo, quando for o caso, dados e informações dos mesmos para a Divisão de Gestão de Pessoal da Câmara Municipal de Araucária;
- 4.12 Fornecer à Instituição de Ensino, quando solicitado, informações pertinentes ao desenvolvimento do aprendiz;
- 4.13 Receber e analisar as comunicações de desligamento dos aprendizes;
- 4.14 Solicitar a substituição do aprendiz quando necessário;
- 4.15 A Contratada deverá oferecer instalações físicas, destinadas às aulas teóricas, em condições de estrutura pedagógica, que sejam adequadas à necessidade do curso, além de oferecer habitabilidade, higiene, salubridade e segurança aos jovens e seus trabalhadores.
- 4.16 Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida como preposto do Contrato.

5 DAS OBRIGAÇÕES DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

- 5.1 Obter da Contratante a qualificação das oportunidades do programa aprendiz passíveis de serem concedidas;
- 5.2 Encaminhar as pessoas cadastradas e identificadas com as oportunidades do programa aprendiz concedidas;
- 5.3 Preparar toda documentação legal referente ao programa aprendiz;
- 5.4 Preparar e providenciar para que a Contratante assine o Contrato, observando-se as exigências contidas nas normas legais e regulamentares pertinentes, constando pelo menos:
 - I) Identificação do aprendiz;
 - II) Qualificação e assinatura dos subscritores;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- III) As condições do programa aprendiz;
 - IV) Menção de que o programa aprendiz não acarretará vínculo empregatício;
 - V) Valor do salário;
 - VI) Carga horária semanal conforme legislação;
 - VII) Duração do programa aprendiz;
 - VIII) Obrigação de apresentar relatórios bimestrais e finais, ao dirigente da unidade onde se realizar o programa aprendiz, sobre o desenvolvimento das tarefas que lhe forem cometidas;
 - IX) Assinaturas do aprendiz e responsável pela Contratante;
 - X) Condições de desligamento do programa aprendiz;
 - XI) Menção do contrato a que se vincula.
 - XII) Caso o aprendiz seja menor de 18 (dezoito) anos, deverá constar a assinatura do responsável legal;
- 5.5 Providenciar a realização do exame médico admissional e demissional do aprendiz, com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO.
- 5.6 Por ocasião do desligamento do aprendiz, entregar termo de realização do programa aprendiz com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e de desempenho;
- 5.7 Disponibilizar 03 (três) camisetas para os Jovens aprendizes na estação do verão, com identificação JOVEM APRENDIZ podendo ter o nome da instituição Contratada; e 02 (dois) coletes para o inverno para que os jovens utilizem por cima da vestimenta como identificação visual;
- 5.8 Disponibilizar, também, 01 (um) crachá de identificação ao Aprendiz;
- 5.9 Manter à disposição da fiscalização de contratos documentos que comprovem a relação do programa aprendiz;
- 5.10 Apresentar planilha orçamentária mensal a Contratante com os valores correspondentes para a liquidação das despesas do mês em questão.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA
(Lei 14.133/2021)
PROCESSO DIGITAL: 61154/2024

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1** Contratação de empresa especializada para administração e provimento de vagas do Programa Aprendiz no Âmbito do Poder Legislativo do Município de Araucária, sendo de nível fundamental, nível médio e PNE (Portadores de Necessidades Especiais), seguindo ser o público-alvo deste programa preferencialmente por jovens de classes sociais desfavorecidas e/ou situação de risco social conforme a Lei 3.892/2022 para a Câmara Municipal de Araucária.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UN. DE MEDIDA	QTDE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$ (mensal)	VALOR TOTAL R\$ (12 meses)
01	Contratação de empresa para administração de vagas do Programa Aprendiz, na condição de agente de contratação. *Redações dadas pela Lei 3.892/2022. ** A folha de pagamento será administrada pela Contratada, cabendo a mesma todos os encargos e demais (conforme Lei Vigente).	15156	MENSAL	08 vagas	18.370,92	220.451,10

- 1.2** O serviço objeto desta contratação é classificado como contínuo, decorrente de necessidades permanentes ou prolongadas para manutenção da atividade administrativa do órgão, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Capítulo VI, da Resolução nº. 91/2023 de 30 de março de 2023, que regulamentou a Lei nº. 14.133/2021 no âmbito do Poder Legislativo do Município de Araucária-PR.
- 1.4** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 05 (cinco) anos, contados da data de emissão da Ordem de Compra e/ou instrumento equivalente, na forma caput do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5** A aquisição dos itens será legalmente amparada pela Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Resolução nº 91/2023 que regulamentou a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 no âmbito da Câmara Municipal de Araucária e subsidiariamente pelo Decreto Municipal nº. 39.132/2023, que regulamentou no âmbito da Administração Pública municipal, direta, autárquica e fundacional do Município de Araucária a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.
- 1.6** As especificações que orientam o objeto deste Termo de Referência estão contidas no ANEXO I.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO – ETP

- 2.1** A justificativa segue com base na Lei 3.892 de 01 de Junho de 2022, que criou e regulamentou o Programa Aprendiz no âmbito do Poder Legislativo do Município de Araucária.



- 2.2 A oportunidade concedida se traduz pelo conjunto de fatores, durante o período de realização dos trabalhos, que são colocadas a disposição do aprendiz, sob a forma não só de espaço físico-operacional, mas também de recursos humanos, técnicos e instrumentais. Para tanto, faz-se necessário a contratação de uma empresa para desempenhar as atividades de recrutamento, contratação, treinamento, pagamento e acompanhamento do desempenho dos aprendizes, visando atender plenamente a legislação vigente.

3. DO ENQUADRAMENTO DO OBJETO A SER CONTRATADO

- 3.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP n. 01/2024), ANEXO II deste Termo de Referência.
- 3.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, no item/grupo 03.
- 3.3 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua característica de fornecimento mensal, incluso a administração da Folha de Pagamento dos Aprendizes, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar n. 01/2024 da Diretoria da Escola do Legislativo.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 4.1 A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP n. 01/2024), apêndice deste Termo de Referência.
- 4.2 Conforme art. 6º, XXIII, “c” da Lei nº 14.133/21 o ciclo de vida do objeto aqui solicitado possui a descrição da solução considerando as características intrínsecas ao seu uso e também eventual sustentabilidade de sua produção, duração e de sua utilização até a destinação final/conclusão do contrato.
- 4.3 Conforme Resolução nº 91, de 30 de março de 2023, o ciclo de vida do objeto licitado será com base na modelagem de contratação mais vantajosa, incluso as análises/formalizações internas (Planejamento de Contratação e Documentos de Formalização de Demandas), parâmetros de atas de Registro de Preços anteriores e demais informações/métodos previstos em legislação vigente.
- 4.4 O objeto da contratação compreende o seguinte ciclo de vida: iniciação > organização e preparação > contratação aprendizes > administração dos aprendizes (inclusa folha de pagamento > encerramento do contrato.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- I) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III) Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

verificação da autenticidade no sítio

<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- IV) Sociedade empresária, sociedade limitada uni-pessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- VI) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VII) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- VIII) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- IX) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.2 DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- I) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- II) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- III) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- V) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- VI)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- VII)** Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- VIII)** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IX)** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

5.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- I)** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

5.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- I)** Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
- II)** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- III)** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- IV)** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
 - a)** Serviços de Administração de Aprendizizes, na condição de agente de contratação, sendo responsável pela Folha de Pagamento, entrega de uniformes, cursos e demais atividades pertinentes.
 - b)** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
 - c)** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.
 - d)** O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- V)** Prova de atendimento aos requisitos previstos na lei de aprendizagem (Lei n. 10.097/2000).

6. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 6.1 A garantia mínima dos serviços deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir do Recebimento Definitivo pela Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos.

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 7.1 Devem ser atendidos os requisitos constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (versão atualizada - 2023), no que concerne a parte de contratação de serviços (ASPECTOS GERAIS ATINENTES À SUSTENTABILIDADE EM SERVIÇOS);
- 7.2 O guia está disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1 Constituem obrigações da Contratante:

- I) Emitir Ordem de Compra/Empenho.
- II) Encaminhar para a CONTRATADA, Ordem de Compra em arquivo digital, via correio eletrônico (através do e-mail: compras@araucaria.pr.leg.br);
- III) Efetuar o pagamento após os itens recebidos definitivamente;
- IV) Aprovar ou reprovar os itens, após a vistoria e entrega dos mesmos;
- V) Supervisionar, fiscalizar e atestar a entrega dos itens pela CONTRATADA;
- VI) A fiscalização exercida pela CONTRATANTE terá, em especial, poderes para acompanhar e sustar a entrega dos itens que estejam em desacordo com as especificações, normas ou sua orientação;
- VII) Notificar a CONTRATADA por escrito, sobre a aplicação de eventuais penalidades, através da Gestão de Contratos, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- VIII) Garantir o livre acesso às dependências da Câmara Municipal de Araucária aos funcionários da empresa durante o horário estipulado para a prestação dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 Constituem obrigações da Contratada:

- I) Acusar o recebimento da Ordem de Compra via correio eletrônico (compras@araucaria.pr.leg.br).
- II) Cumprir fielmente os prazos de entrega estabelecidos no Termo de Referência.
- III) Fornecer o objeto em conformidade com o ANEXO I deste Termo de Referência.
- IV) Prover e exigir dos jovens aprendizes, quando em serviço nas dependências da Câmara Municipal de Araucária, o uso obrigatório de uniformes, crachás de identificação, quando for o caso;
 - a) Os crachás deverão ter nome visível e escrito “APRENDIZ”.
 - b) Fornecer os uniformes a serem utilizados pelo jovem aprendiz, conforme disposto neste Edital e seus Anexos, sem repassar quaisquer custos a estes.
- V) Responsabilizar-se por refazer os serviços que não estejam compatíveis com as especificações, sob suas expensas, em conformidade com o art. 119 da Lei nº 14.133/2021, nos prazos constantes no item 5 deste termo de referência.
- VI) Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total da entrega dos itens.



VII) Responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou terceiros por culpa de defeitos ocultos, descobertos futuramente, nos itens adquiridos.

VIII) A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não elimina em hipótese alguma, a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito estado dos serviços prestados. O fato dos serviços não serem prestados de acordo com as normas e/ou descrição, não significa tolerância ou aquiescência por parte da fiscalização de contratos. Os erros devem ser evitados ou imediatamente corrigidos.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

11. DAS GARANTIAS CONTRATUAIS

11.1 Não haverá exigência da garantia da contratação no termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, devido a natureza da contratação e pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar / Documento Formulador da Demanda.

12. VISTORIA

12.1 É facultado e recomendável a realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo nenhuma alegação posterior por desconhecimento das condições locais;

12.2 A não realização da visita não admitirá à CONTRATADA qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta contratação;

12.3 A vistoria deverá ser agendada com a responsável pela Escola do Legislativo, pelo telefone (41) 3641-5200, ou por E-mail: escoladolegislativo@araucaria.pr.leg.br.

13. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

13.1 DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

13.1.1 O prazo da entrega tem seu início de contagem a partir da data de envio da Ordem de Compra (data que consta no documento encaminhado via correio eletrônico ao fornecedor).

13.1.2 O prazo de início da realização dos serviços será de até 15 (quinze) dias corridos, prorrogáveis por até mais 15 (quinze) dias corridos, não ultrapassando o limite de 30 (trinta) dias corridos.

I) A prorrogação será mediante solicitação e justificativa enviada por e-mail (fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br) e/ou devidamente protocolada na Câmara Municipal de Araucária, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis do vencimento do prazo.

II) A justificativa será analisada pela Diretoria-Geral, que concederá ou não a prorrogação conforme critérios da Administração.

III) O prazo de resposta para pedidos de prorrogação são de 02 (dois) dias úteis.

IV) Fica a Fiscalização de Contratos (fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br) responsável por comunicar por correio eletrônico a decisão ao requerente.

V) O prazo da prorrogação terá seu início informado no documento expedido que a autorizar.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

VI) Horário das atividades dos aprendizes será entre: as 8:00h às 17h, respeitando o limite de 4 (quatro) horas diárias, em conformidade com o art. 1º e art. 16 da Lei nº 3.892 de 1º de Junho de 2022.

13.1.3 Os aprendizes atuarão no seguinte endereço: Rua Irmã Elizabeth Werka, 55 CEP 83704-580, no bairro do Fazenda Velha, na Cidade de Araucária, PR, no Edifício da Câmara Municipal de Araucária.

13.1.4 Os aprendizes farão os cursos no endereço sede da CONTRATADA e/ou local a ser definido pela mesma.

13.1.5 O objeto deverá estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado no ANEXO I, deste Termo de Referência.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATOS

14.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

14.3 As comunicações entre a Câmara Municipal e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.4 A dinâmica da Gestão e da Fiscalização da presente contratação seguirá as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 28/2023.

15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1 Fica sob responsabilidade da Câmara de Vereadores de Araucária, por meio da Fiscal de Contratos Rosimaria Araújo da Silva, Matrícula nº 2054 e CPF nº 29.199.339-49 ou, quando necessário, a Fiscal Substituta Rayane Ferreira dos Santos Souza, Matrícula nº 20701 e CPF nº 083.295.389-07, acompanhar a execução da entrega, registrar em relatório todas as ocorrências relacionadas com a sua execução e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. DA GESTÃO DE CONTRATOS

16.1 Fica sob responsabilidade da Câmara de Vereadores de Araucária, por meio da Gestora Lucivanda Silva Camargo, Matrícula nº 20772 e CPF 489.770.559-20 (Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos, tomar providências para a formalização de Processo Administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções conforme art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

17.1 Durante a execução contratual, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do fornecimento ou do serviço para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;



17.2 À CONTRATADA será permitido apresentar justificativa para a prestação do fornecimento ou do serviço com menor nível de conformidade, a qual poderá ser aceita pelo fiscal desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

17.3 A aplicação das glosas não compromete a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

18. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

18.1 Observado o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021 e Resolução nº. 91/2023 de 30 de março de 2023 (Capítulo XXII), o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:

I) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO informando o término da execução do serviço, para posterior análise da conformidade com as especificações e qualidade do objeto (a ser verificada pela Fiscalização de Contratos em conjunto com o Setor Solicitante);

a) No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o mesmo ser novamente executado, conforme critérios a serem estabelecidos pelo Setor Solicitante.

b) Após notificação, à CONTRATADA deverá providenciar as correções do objeto imediatamente após ser notificado pela Fiscalização de Contratos, com o prazo de 02 (dois) dia(s) útil(eis).

c) Caso as correções não ocorram no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no Edital e/ou Contrato e/ou Instrumento Contratual.

II) Definitivamente, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do CONTRATADO, após a verificação e análise da qualidade do objeto e consequente aceitação, pela Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos.

18.2 Constatadas irregularidades no objeto contratual, a CONTRATANTE poderá:

I) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte;

II) Rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, e será lavrado Termo de Recusa, apontando as falhas constatadas

18.3 Por ocasião da entrega do objeto, a CONTRATADA deverá colher o Termo de Recebimento Provisório, emitido pela Fiscalização de Contratos.

18.4 No ato do recebimento, a Fiscalização de Contratos fará a verificação dos serviços prestados.

18.5 O recebimento provisório ou definitivo do serviço não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO pela solidez, qualidade e segurança do objeto e nem ético-profissional pela perfeita execução do mesmo;

18.6 O recebimento definitivo dar-se-á:

I) Após a verificação física que constate a integridade dos itens;

II) Após a verificação da conformidade com as quantidades e especificações (descritivos) constantes no Termo de Referência.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 18.7 Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á o Termo de recebimento Definitivo, assinado pela Chefia da Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos

19. DO PAGAMENTO

- 19.1 A Nota Fiscal deverá acompanhar a entrega, seguida dos seguintes documentos:
- I) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - II) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
 - III) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - IV) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa vencedora.
- 19.2 O pagamento ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após lavrado Termo de Recebimento Definitivo, ateste da Nota Fiscal e das certidões.
- 19.3 O pagamento será realizado através de Ordem Bancária, em conta e agência bancária a ser especificada pela CONTRATADA na Nota Fiscal. Na Nota Fiscal, conforme Regime Tributário da Contratada, deve vir especificado a retenção de Imposto de Renda (IR).
- 19.4 O valor mensal da referida contratação será de R\$ xxxx,xx, totalizando o valor valor total anual de R\$ xxxx,xx.
- 19.5 Na apresentação do Termo de Recebimento Definitivo pela Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos poderá ser realizado o devido pagamento, mesmo com a ausência de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista. Contudo, será aberto o devido processo administrativo que poderá acarretar sanção, rescisão contratual, além das penalidades previstas em lei.

20. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 20.1 O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório de pregão eletrônico, com fundamento no art. 28, inciso I e art. 17 §2º da Lei nº 14.133/2021.
- 20.2 O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global

21. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 21.1 O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pela Câmara Municipal de Araucária será de **R\$ 220.451,10 (duzentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e dez centavos)**.
- 21.2 Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Artigo 23 e seu § 1º, inciso I, II, III e V, e Resolução n. 91/2023, considerando as fontes de consulta apresentadas na planilha supracolacionada, o preço máximo foi obtido através da mediana/média dos preços unitários, conforme detalhado em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar e Anexo I.
- 21.3 Nesse item deverá ser descrito a forma e os critérios de pesquisa de preços adotados acompanhada dos preços unitários referenciais. As memórias de cálculo e os documentos que dão suporte a pesquisa de preços bem como os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, devem constar em documento separado e classificado, conforme dispõe o Art. 6º, Inciso XXIII “i” da lei 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

21.4 Estes valores são considerados adequados e condizentes com os preços praticados no mercado, garantindo a efetivação da contratação com qualidade e economicidade para a Administração Pública.

22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Araucária		Unidade: 001 - Câmara de Vereadores
Função: 0001 – Legislativa		Subfunção: 0031 - Ação Legislativa
Programa: 0001 - Programa Municipal de Ação Legislativa		
Ação: 2001 - Manter o quadro funcional da Câmara de Vereadores		
Elemento da despesa orçamentária: (3) 3.3.50.41 – Contribuições		
Referência: 1602	Vínculo (Fonte): 01001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados) / Exercício Corrente	
Reservado: SIM	Nº. da Reserva: 143/2024	Saldo da dotação: R\$ 29.548,90
Código e título do desdobramento: 3.3.50.41.45.00 DEMAIS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR PARA PROMOÇÃO GRATUITA DA EDUCAÇÃO		
Descrição do desdobramento: Registrar as despesas do Plano de Aplicação realizadas com Pessoal e Encargos Sociais da Entidade, na hipótese de não configurar substituição de mão de obra do quadro próprio da Concedente.		
Classificação Institucional e Funcional-programática: 01.001.01.031.0001.2001.3.3.50.41.45		

Araucária, 25 de junho de 2024.

Responsável pela Solicitação / Diretor Setor Solicitante

Divisão de Compras e Licitações



ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
QUADRO DE QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS

1 DAS ESPECIFICAÇÕES

Item	CATSER	Descrição	Quantidade estimada de vagas	Unidade	Qtde (Mês)	Valor unitário (mensal)	Valor total (12 meses)
01	15156	Contratação de empresa para administração de vagas do Programa Aprendiz, na condição de agente de contratação.	08	Mensal	12		

- 1.1 Redações dadas pela Lei 3.892/2022 e suas alterações posteriores.
- 1.2 A folha de pagamento será administrada pela Contratada, cabendo a mesma todos os encargos e demais (conforme Lei Vigente).

2 DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1 Os orçamentos deverão vir datados e com prazo mínimo de vencimento de 90 (noventa) dias, a contar da data de envio.
- 2.2 O programa aprendiz será realizado na Sede da Câmara Municipal de Araucária, localizada na Rua Irmã Elizabeth Werka, n. 55, Jd. Petrópolis – CEP 83704-580.
- 2.3 Caso o fornecedor opte por fazer a vistoria, a mesma deverá ser agendada com a responsável pela Escola do Legislativo, pelo telefone (41) 3641-5200, ou por E-mail: escoladolegislativo@araucaria.pr.leg.br.
- 2.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 2.5 O Agente de Contratação a ser contratado deverá prestar um atendimento especializado, receptivo e ativo, executado por meio de profissionais qualificados em normas, regulamentos, processo de supervisão e sistemas eletrônicos de processamento de dados, bem como serviços de suporte operacional e administrativo, gestão e disponibilização de informações gerenciais estratégicas, necessários para a adequada gestão do processo de atendimento, sua coordenação e supervisão.
- 2.6 O Agente de Contratação deverá estar inscrito e aprovado no Cadastro Nacional de Aprendizagem, com capacidade técnica e administrativa na prestação de serviços de Agente Empregador do Aprendiz, pertinentes a qualificá-los para o mercado de trabalho, além do registro em Carteira de Trabalho (CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social), de acordo com a regulamentação vigente.

3 DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS: PROGRAMA APRENDIZ

- 3.1 O quantitativo de vagas ofertadas servirá de base para a formação dos preços, não ficando obrigada a Contratante a contratar a totalidade destas. Este quantitativo poderá ainda sofrer alterações para mais ou para menos.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 3.2** O Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que há o compromisso de assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.
- 3.3** O prazo de vigência do contrato previsto não se aplica ao contrato celebrado com o aprendiz com deficiência.
- 3.4** A validade do contrato de aprendizagem pressupõe sua formalização mediante anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental ou ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.
- 3.5** O contrato de aprendizagem estabelecido em nenhuma hipótese implicará vínculo de emprego do aprendiz com o Poder Legislativo do Município de Araucária.
- 3.6** A contratação de aprendizes que serão postos à disposição do Poder Legislativo do Município de Araucária far-se-á de modo indireto, por meio dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou entidades referidas no artigo anterior, que celebrarão com os aprendizes, contratos de aprendizagem, devidamente anotados na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
- 3.7** O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, exceto na hipótese de aprendiz com deficiência, ou, ainda antecipadamente, nas seguintes hipóteses:
- I)** Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, salvo para o aprendiz com deficiência quando desprovido de recursos de acessibilidade, de tecnologias assistivas e de apoio necessário ao desempenho de suas atividades;
 - II)** Não adaptação do aprendiz às atividades que lhe forem atribuídas;
 - III)** Falta disciplinar grave, caracterizada por quaisquer das hipóteses descritas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho;
 - IV)** Ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo;
 - V)** A pedido do aprendiz;
- 3.8** As condições dos aprendizes deverão estar de acordo com a Lei 3.892 de 01/06/2022
- 3.9** A carga horária dos aprendizes será de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, observado o horário de funcionamento da Contratante, desde que compatível com o horário escolar, devendo ser cumprida no local indicado pela Contratante;
- 3.10** É vedado aos aprendizes carregar peso excessivo, realizar serviços de copa e limpeza, bem como serviços particulares (bancos, pequenas compras de alimentação, serviços de loteria, etc.) para qualquer empregado/servidor e/ou colaborador da Contratante e/ou Contratada.

4 DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1** Participar da elaboração do contrato a ser celebrado com o agente de contratação;
- 4.2** Formalizar, conforme a legislação pertinente exige, as oportunidades de aprendizes;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 4.3 Solicitar ao órgão pertinente, a indicação de aprendizes que preencham os requisitos exigidos pelas oportunidades ofertadas, conforme demanda da Câmara Municipal de Araucária;
- 4.4 Informar o nome das pessoas que efetivamente farão o programa aprendiz;
- 4.5 Celebrar com o aprendiz a contratação (via carteira de trabalho e/ou contrato), observando-se as exigências contidas nas normas legais e regulamentares pertinentes;
- 4.6 Possuir uma via de cada contrato de aprendiz;
- 4.7 Receber os aprendizes encaminhados e manter com os mesmos entendimentos sobre as condições de realização do programa aprendiz.
- 4.8 Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços e permitir o acesso às instalações e aos equipamentos que os aprendizes devam utilizar e que estejam em poder ou sob a guarda da contratante, desde que os mesmos não sejam sigilosos.
- 4.9 Alertar os aprendizes acerca do caráter reservado das informações, operações e documentos da contratante e sobre o cumprimento das normas disciplinares.
- 4.10 Conceder aos aprendizes o devido pagamento, na data correta estipulada e demais direitos vigentes na Lei;
- 4.11 Participar da sistemática de acompanhamento, supervisão e avaliação dos aprendizes, fornecendo, quando for o caso, dados e informações dos mesmos para a Divisão de Gestão de Pessoal da Câmara Municipal de Araucária;
- 4.12 Fornecer à Instituição de Ensino, quando solicitado, informações pertinentes ao desenvolvimento do aprendiz;
- 4.13 Receber e analisar as comunicações de desligamento dos aprendizes;
- 4.14 Solicitar a substituição do aprendiz quando necessário;
- 4.15 A Contratada deverá oferecer instalações físicas, destinadas às aulas teóricas, em condições de estrutura pedagógica, que sejam adequadas à necessidade do curso, além de oferecer habitabilidade, higiene, salubridade e segurança aos jovens e seus trabalhadores.
- 4.16 Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida como preposto do Contrato.

5 DAS OBRIGAÇÕES DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

- 5.1 Obter da Contratante a qualificação das oportunidades do programa aprendiz passíveis de serem concedidas;
- 5.2 Encaminhar as pessoas cadastradas e identificadas com as oportunidades do programa aprendiz concedidas;
- 5.3 Preparar toda documentação legal referente ao programa aprendiz;
- 5.4 Preparar e providenciar para que a Contratante assine o Contrato, observando-se as exigências contidas nas normas legais e regulamentares pertinentes, constando pelo menos:
 - I) Identificação do aprendiz;
 - II) Qualificação e assinatura dos subscritores;
 - III) As condições do programa aprendiz;
 - IV) Menção de que o programa aprendiz não acarretará vínculo empregatício;
 - V) Valor do salário;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- VI) Carga horária semanal conforme legislação;
 - VII) Duração do programa aprendiz;
 - VIII) Obrigação de apresentar relatórios bimestrais e finais, ao dirigente da unidade onde se realizar o programa aprendiz, sobre o desenvolvimento das tarefas que lhe forem cometidas;
 - IX) Assinaturas do aprendiz e responsável pela Contratante;
 - X) Condições de desligamento do programa aprendiz;
 - XI) Menção do contrato a que se vincula.
 - XII) Caso o aprendiz seja menor de 18 (dezoito) anos, deverá constar a assinatura do responsável legal;
- 5.5 Providenciar a realização do exame médico admissional e demissional do aprendiz, com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO.
- 5.6 Por ocasião do desligamento do aprendiz, entregar termo de realização do programa aprendiz com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e de desempenho;
- 5.7 Disponibilizar 03 (três) camisetas para os Jovens aprendizes na estação do verão, com identificação JOVEM APRENDIZ podendo ter o nome da instituição Contratada; e 02 (dois) coletes para o inverno para que os jovens utilizem por cima da vestimenta como identificação visual;
- 5.8 Disponibilizar, também, 01 (um) crachá de identificação ao Aprendiz;
- 5.9 Manter à disposição da fiscalização de contratos documentos que comprovem a relação do programa aprendiz;
- 5.10 Apresentar planilha orçamentária mensal a Contratante com os valores correspondentes para a liquidação das despesas do mês em questão.



ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR N.º 01/2024

N.º do Processo:

61154

DFD n.º:

01/2024

Exercício:

2024

Data:

19/04/24

DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para administração e provimento de vagas do Programa Aprendiz no Âmbito do Poder Legislativo do Município de Araucária, sendo de nível fundamental, nível médio e PNE (Portadores de Necessidades Especiais), seguindo ser o público-alvo deste programa preferencialmente por jovens de classes sociais desfavorecidas e/ou situação de risco social conforme a Lei 3.892/2022, não superior a 24 meses para atender as necessidades da Câmara Municipal de Araucária.

Secretaria: Câmara Municipal de Araucária

Departamento/Unidade: Câmara Municipal de Araucária

Setor Requisitante: Escola do Legislativo

Resp.: Dieni Ap^a de Lima Schuster

Matrícula: 66953

Informações Adicionais:

Contratação de empresa especializada para administração e provimento de vagas do Programa Aprendiz no Âmbito do Poder Legislativo do Município de Araucária, sendo de nível fundamental, nível médio e PNE (Portadores de Necessidades Especiais), seguindo ser o público-alvo deste programa preferencialmente por jovens de classes sociais desfavorecidas e/ou situação de risco social conforme a Lei 3.892/2022, não superior a 24 meses para atender as necessidades da Câmara Municipal de Araucária.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por finalidade verificar a viabilidade da contratação de empresa tendo objeto. A Câmara Municipal de Araucária reconhece a importância de contribuir para a formação profissional de jovens e para o comprimento da legislação referente à contratação de aprendizes. Diante disso, surge a necessidade de realizar o estudo técnico para viabilizar a contratação de jovens aprendizes de forma eficaz e alinhada aos objetivos.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

De acordo com a lei do jovem Aprendiz, o objeto para o atendimento da necessidade refere-se ao propósito específico pelo qual o jovem aprendiz está sendo contratado, como adquirir conhecimentos teóricos e práticos, com objetivo de atender as necessidades do órgão público. Esta definição é essencial para garantir a transparência e eficácia dos processos de contratação governamental e a necessidade de cumprir com a lei do Jovem Aprendiz (LEI N° 3.892 DE 01 DE JUNHO DE 2022). E o desejo de contribuir para o desenvolvimento da comunidade promovendo a diversidade e a inclusão. A necessidade da contratação ainda se justifica pelo fato da Câmara Municipal de Araucária não dispor de equipe especializada disponível para suprir esse serviço de aprendizagem e processo de educação profissional.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Descrição Básica, para efeitos desta lei, aprendizagem é um processo de educação profissional realizado por meio de um contrato de trabalho, onde o aprendiz é submetido à formação



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

profissional metódica, ministrados por entidades habilitadas pelo Cadastro Nacional de Aprendizagem do Ministério do Trabalho. Onde o aprendiz tem entre 14(Quatorze) e 24 (Vinte e Quatro) anos de idade e que celebre contrato de aprendizagem do Ministério do Trabalho. Poderão ser admitidos no Programa jovens inscritos em cursos de aprendizagem voltados para a formação técnico-profissional metódica. O Poder público poderá firmar convênio e termos de cooperação com as entidades e escolas de formação técnico-profissional para dar e receber apoio no sentido de viabilizar o objeto da presente Lei. A entidade contratada deverá contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, a manter a qualidade de processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados, deverá se responsabilizar em creditar o salário de cada aprendiz em até 02 (dois) dias úteis após o recebimento do valor transferido pela Câmara Municipal de Araucária. Serão de responsabilidade da Entidade convocada os encargos sociais e trabalhistas dos aprendizes. A contratada, simultaneamente ao desenvolvimento do programa de aprendizagem, assume a condição de empregador, com todos os ônus dela decorrentes, assinando a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do aprendiz e anotando, no espaço destinado às anotações gerais, a informação de que o específico contrato de trabalho decorre de instrumento específico firmado com o Poder Legislativo Municipal para efeito do cumprimento de sua cota percentual de aprendizagem; A contratada, deverá manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Segue anexo a baixo.

PLANILHA PARA CÁLCULO DO SALÁRIO E ENCARGOS APRENDIZ

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução buscada/esperada é a contratação de empresa especializada para administração e provimento de vagas do Programa Aprendiz no Âmbito do Poder Legislativo do Município de Araucária, sendo de nível fundamental, nível médio e PNE (Portadores de Necessidades Especiais), seguindo ser o público-alvo deste programa preferencialmente por jovens de classes sociais desfavorecidas e / ou situação de risco social conforme a Lei 3.892/2022, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Araucária. Art. 5º O Poder Legislativo do Município de Araucária poderá firmar convênios e termos de cooperação com as entidades e escolas de formação técnico-profissional para dar e receber apoio no sentido de viabilizar o objeto da presente Lei.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

01 (um) serviço de execução de empresa especializada para administração e provimento de vagas do Programa Aprendiz no Âmbito do Poder Legislativo do Município de Araucária, sendo de nível fundamental, nível médio e PNE (Portadores de Necessidades Especiais)

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor da contratação se obterá a partir do menor valor ou maior desconto atribuído à taxa de administração ofertada pelas empresas de gerenciamento participantes.

8. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

Não se aplica.



9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Não se aplica.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Não se aplica

11. RESULTADOS E OBJETIVOS

O objetivo deste projeto é implementar e capacitar jovens de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social, entre 14 e 24 anos, por meio de um programa de aprendizagem que ofereça formação teórica e prática na Câmara Municipal de Araucária, visando aumentar suas chances de inserção no mercado de trabalho e oportunidade de adquirir conhecimentos e experiência profissional contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da Cidade.







12. PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS

Recomenda-se a formalização de Contrato, tendo em vista a Garantia e devido prazo de entrega.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se aplica.

14. MAPEAMENTO DOS RISCOS

Id	Risco	Fase	Probab.	Impacto	Dano	Ação Preventiva	Contingência
1	Serviço não ser deferido pela Administração	Interna	Baixa 	Alto 	Incluir riscos internos e externos	Desenvolver estratégias de respostas que ajudem a eliminar riscos	Conforme a Lei
2	Lentidão	Interna	Média 	Média 	Demora na realização/execução dos serviços	Conversas e discussões prévias para facilitar o entendimento Das necessidades	Acompanhamento do processo
3	Licitação Deserta ou Fracassada	Externa	Baixa 	Alto 	Atraso na contratação	Trabalhar na publicidade do edital Para alcançar maior número de participantes	Abertura de novo processo licitatório ou Emergencial

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O planejamento que ao final subscreve o presente estudo técnico preliminar (ETP), nos termos do parágrafo 1.º e inciso XIII do artigo 18 da Lei 14.133/2021 declara VIÁVEL esta contratação.

Araucária, 02 de Maio de 2024.

Dieni Aparecida de Lima Schuster
Diretora Administrativa



ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA
PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa, inscrita no CNPJ (MF) nº, inscrição estadual nº, estabelecida em, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública, e que os valores contratuais somados não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte:

Nome do Órgão/Empresa

Vigência do Contrato

Valor total do Contrato

** Vide Notas 1 e 2 abaixo*

VALOR TOTAL DOS CONTRATOS

Local e data:

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante informará também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais têm contratos vigentes.

Nota 2: Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS
“À CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA”
PREGÃO Nº ____/ 2024 – MENOR PREÇO POR ITEM
“ABERTURA DIA ____/____/2024, ÀS ____:____ h”
“NÚMERO DO CNPJ DA EMPRESA”
“RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE”

OBS: OS SERVIÇOS DEVEM OBEDECER ÀS ESPECIFICAÇÕES COMPLETAS CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Item	CATSER	Serviço Descrição detalhada	Quantidade estimada de vagas	Unid.	Quant .	Valor Mensal
01	15156	Contratação de empresa para administração de vagas do Programa Aprendiz, na condição de agente de contratação.	08	Mensal	12	
VALOR TOTAL (12 MESES)						

OBS: Em caso de existência de discordância entre as especificações do objeto descritas no COMPRAS.GOV.BR, prevalecerão as constantes neste Edital.

Nome e assinatura do representante legal ou procurador da empresa, devidamente identificado através da documentação apresentada.

Dados do responsável:

Nome: _____;

RG nº: _____;

CPF nº: _____;

Cargo/Função ocupada: _____;

Fone: _____.

Prazo de validade da proposta: _____ (não inferior a 90 dias), contados da data da entrega de seu respectivo envelope.

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

(Assinatura, nome, cargo, RG do representante legal e carimbo da empresa)



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

ANEXO V

MODELO - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº: 61154/2024

Licitação nº: Pregão Eletrônico

Pregão nº XX/2024

Data do Pregão: DD/MM/AAAA

Horário: XX:XX

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)

DD/MM/AAAA

B Município/ UF

Araucária – PR

D Nº de meses de execução contratual

12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1 Unidade de medida

Vagas (estimadas)

2 Quantidade total a contratar
(em função da unidade de medida):

8

3 Cargo: Aprendiz – Administrativo (Auxiliar de Escritório, em geral)

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1 Tipo do serviço

APRENDIZ

2 Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)

(CBO)

4410-05

3 Salário Aprendiz (20 horas) – Considerando salário-
mínimo regional – Grupo II (Decreto n.4770/2024)

R\$ 963,51

4 Categoria profissional

Auxiliar de Escritório, em geral.

5 Data base

JANEIRO

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1 Composição da remuneração

Valor (R\$)

A Salário base

R\$ 963,51

B Adicional de periculosidade Sim/Não

N

R\$

-

C Adicional de insalubridade Sim/Não

N

R\$

-

D Adicional noturno

R\$

-

E Hora noturna adicional – ou hora noturna reduzida

F Adicional de hora extra no feriado

G Outros (especificar)

TOTAL DA REMUNERAÇÃO

R\$

963,51

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias

2.1 13º salário e adicional de férias

(%)

Valor (R\$)

A 13º salário

B Férias e Adicional de Férias

TOTAL

R\$

107,05

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

2.2 GPS, FGTS e outras contribuições	(%)	Valor (R\$)
A INSS	8,00%	R\$ 77,08
B FGTS	2,00%	R\$ 19,27
C Incidência de FGTS sobre Férias e 13º Salário	2,00%	R\$ 19,27
TOTAL	12,00%	R\$ 115,62

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3 Benefícios Mensais e Diários **Valor (R\$)**

	SIM/ NÃO	Valor	Passagen s	Dias	Descon to	
A Transporte (formação prática)	S	R\$ 1,00	2	16		
B Transporte(formação teórica)	S	R\$ 7,00	IDA 1,00 VOLTA 6,00	6	R\$ 42,36	R\$ 74,00

C Auxílio Refeição	S					
D Seguro de Vida	S					
TOTAL						R\$ 74,00

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$ 107,05
2.2 GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 115,62
2.3 Benefícios Mensais e Diários	R\$ 74,00
TOTAL	R\$ 296,67

MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3 Insumos Diversos **Valor (R\$)**

A UNIFORME (3 camisetas e 2 coletes inverno) + 01 CRACHÁ (1/12)
B SUBSTITUIÇÃO DE JOVENS (1/12)

TOTAL	R\$ -
--------------	--------------

MÓDULO 4: GESTÃO EDUCACIONAL E OPERACIONAL/ADMINISTRATIVA

4 Insumos Diversos **Valor (R\$)**

A PCMSO (1/12)
B PLANO DE SAÚDE (1/12)
C CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL METÓDICA (1/12)
D SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO (1/12)
E GESTÃO TRABALHISTA (1/12)
F MATERIAL DIDÁTICO (1/12)
G VALORES DE RESCISÃO (1/12)
H TAXA ADMINISTRATIVA

TOTAL	R\$ -
--------------	--------------

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR APRENDIZ

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) **Valor (R\$)**

A Módulo 1 - Composição da Remuneração
B Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários
C Módulo 3 – Insumos Diversos
D Módulo 4 – Gestão Educacional e Operacional/Administrativa

SUBTOTAL (A+B+C+D)	R\$ 1.260,18
---------------------------	---------------------



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço	Valor Proposto por Aprendiz	Qtde. de Jovens Aprendizizes	Valor total do serviço
APRENDIZ	R\$ 1.260,18	8	R\$ 10.081,42
<u>VALOR ESTIMADO MENSAL DA CONTRATAÇÃO</u>			R\$ 10.081,42

QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

DESCRIÇÃO	VALOR
Valor mensal do serviço	R\$ 10.081,42
Número de meses de execução contratual	12
Valor global da proposta (Valor Mensal x Meses de Execução)	R\$ 120.977,01



ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL PARA
ASSINATURA DO CONTRATO**

Edital nº __/2024

Declaramos que o Responsável Legal da proponente (*inserir o nome da proponente*), para assinatura do contrato, no caso de sagrar-se vencedora da presente licitação, é o (a) Sr. (a) (*inserir o nome completo, número dos documentos de identidade e CPF, profissão e endereço*).

Local, ____ de _____ de 2024.

(*Nome, RG nº e assinatura do responsável pelo licitante*)

OBSERVAÇÃO:

A apresentação da declaração acima, não exclui a necessidade de apresentação de quaisquer documentos exigidos no Edital, bem como da apresentação de procuração específica quando for o caso.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

ANEXO VII – MODELO – DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

NOME DA LICITANTE: _____

CNPJ: _____

Endereço, Estado (UF): _____

Ref.: Pregão Eletrônico n.º XX/2024

Prezados Senhores,

DECLARAMOS, que em virtude do declínio da visita técnica assumimos, incondicionalmente, a **RESPONSABILIDADE** de realizar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas, bem como garantir a sua plena execução, durante toda a vigência do contrato decorrente desta licitação, certos de que não nos caberá, a posteriori, nenhuma reclamação de desconhecimento do objeto licitado, sob risco de incorrer nas penalidades cabíveis.

Atenciosamente,

LICITANTE

CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

DATA



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

ANEXO VIII – MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO E CONTRATO

TERMO DE CONVÊNIO/CONTRATO Nº XX/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XX/2024
PREGÃO Nº XX/2024

CONVENIADA: A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, com sede na Rua Irmã Elizabeth Werka, nº 55, Jardim Petrópolis, CEP 83.704-580, cadastrada com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 78.134.012/0001-04, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Araucária, **BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA**, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 5.334.915-3, CPF sob nº 790.676.469-20, este na qualidade de ordenador da despesa.

CONVENENTE: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, cadastrada com inscrição no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e inscrição Municipal sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador do CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, e por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador do CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX ou por seus procuradores.

Firmam o presente convênio para promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos adolescentes assistidos pela CONVENENTE.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

§ 1.º O presente instrumento contratual tem por objeto a Contratação de empresa para administração de vagas do Programa Aprendiz, na condição de agente de integração, no período de 12 (doze) meses para atender as necessidades da Câmara Municipal de Araucária. Programa Aprendiz: nível fundamental, nível médio e PNE (Portadores de Necessidades Especiais), seguindo ser o público-alvo deste programa preferencialmente por jovens de classes sociais desfavorecidas e/ou situação de risco social conforme a Lei 3.892/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE OPERACIONALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

§ 1.º Este Convênio e sua operacionalização se fundamentam nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90 e da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), nos artigos que tratam da regulamentação do trabalho do jovem na condição de aprendiz, com a nova redação dada pela Lei 10.097/2000 e demais disposições legais e regulamentares que regem o trabalho do jovem, e se destinam à formalização das condições necessárias para a realização do Programa de Aprendizagem, parceria entre empresas e instituições sociais, visando à inclusão social de jovens entre 14 (catorze) e 24 (vinte e quatro) anos, doravante denominados aprendizes da formação técnico-profissional metódica, profissionalização e inserção no mundo do trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

§ 1.º A Nota Fiscal deverá acompanhar a entrega, seguida dos seguintes documentos:

- I) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- II) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- III) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- IV) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa vencedora.

§ 2.º O pagamento ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após lavrado Termo de Recebimento Definitivo, ateste da Nota Fiscal e das certidões.

§ 3.º O valor mensal da referida contratação será de R\$ xxxx,xx, totalizando o valor anual de R\$ xxxx,xx.

§ 4.º O pagamento será realizado através de Ordem Bancária, em conta e agência bancária a ser especificada pela CONTRATADA na Nota Fiscal. Na Nota Fiscal, conforme Regime Tributário da Contratada, deve vir especificado a retenção de Imposto de Renda (IR).

§ 5.º Na apresentação do Termo de Recebimento Definitivo pela Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos poderá ser realizado o devido pagamento, mesmo com a ausência de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista. Contudo, será aberto o devido processo administrativo que poderá acarretar sanção, rescisão contratual, além das penalidades previstas em lei.

§ 6.º A Conveniada obriga-se a efetuar o pagamento dos valores estabelecidos. O faturamento deverá ser realizado pela CONVENIENTE contra a CONVENIADA, no primeiro mês a CONVENIADA efetuará o pagamento do proporcional realizado do mês vigente e provisionará o mês subsequente, eventuais valores não utilizados serão compensados no próximo mês.

§ 7.º As despesas decorrentes deste Contrato correrão pela dotação orçamentária conforme segue:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Araucária		Unidade: 001 - Câmara de Vereadores
Função: 0001 – Legislativa		Subfunção: 0031 - Ação Legislativa
Programa: 0001 - Programa Municipal de Ação Legislativa		
Ação: 2001 - Manter o quadro funcional da Câmara de Vereadores		
Elemento da despesa orçamentária: (3) 3.3.50.41 – Contribuições		
Referência: 1602	Vínculo (Fonte): 01001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados) / Exercício Corrente	
Reservado: SIM	Nº. da Reserva: 143/2024	Saldo da dotação: R\$ 29.548,90
Código e título do desdobramento: 3.3.50.41.45.00 DEMAIS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR PARA PROMOÇÃO GRATUITA DA EDUCAÇÃO		
Descrição do desdobramento: Registrar as despesas do Plano de Aplicação realizadas com Pessoal e Encargos Sociais da Entidade, na hipótese de não configurar substituição de mão de obra do quadro próprio da Concedente.		
Classificação Institucional e Funcional-programática: 01.001.01.031.0001.2001.3.3.50.41.45		

CLÁUSULA QUARTA – DOS OBJETIVOS DO CONVÊNIO

§ 1.º O presente convênio tem como seus objetivos:

- I) Participar, apoiar e desenvolver a profissionalização dos Aprendizes, orientando-os no caminho do trabalho, com conhecimento, método, disciplina e bons valores;
- II) Estimular a responsabilidade social;
- III) Fomentar a criação de uma rede de empreendedores sociais dentro e fora das empresas;
- IV) Promover a cidadania e os valores humanos que fundamentam uma sociedade democrática, justa e solidária;



- V) Aumentar a participação social de cada um e o poder aquisitivo da sociedade em geral.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

§ 1.º Constituem obrigações **DA CONTRATADA**:

- I) Acusar o recebimento da Ordem de Compra via correio eletrônico (compras@araucaria.pr.leg.br).
- II) Cumprir fielmente os prazos de entrega estabelecidos no Termo de Referência.
- III) Fornecer o objeto em conformidade com o ANEXO I do Termo de Referência.
- IV) Prover e exigir dos jovens aprendizes, quando em serviço nas dependências da Câmara Municipal de Araucária, o uso obrigatório de uniformes, crachás de identificação, quando for o caso;
 - a) Os crachás deverão ter nome visível e escrito “APRENDIZ”.
 - b) Fornecer os uniformes a serem utilizados pelo jovem aprendiz, conforme disposto neste Edital e seus Anexos, sem repassar quaisquer custos a estes.
- V) Responsabilizar-se por refazer os serviços que não estejam compatíveis com as especificações, sob suas expensas, em conformidade com o art. 119 da Lei nº 14.133/2021, nos prazos constantes na CLÁUSULA NONA – DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DO SERVIÇO deste Contrato.
- VI) Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total da entrega dos itens.
- VII) Responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou terceiros por culpa de defeitos ocultos, descobertos futuramente, nos itens adquiridos.

§ 2.º A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não elimina em hipótese alguma, a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito estado dos serviços prestados. O fato dos serviços não serem prestados de acordo com as normas e/ou descrição, não significa tolerância ou aquiescência por parte da fiscalização de contratos. Os erros devem ser evitados ou imediatamente corrigidos.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DEVERES DA CONVENIENTE

§ 1.º Cabe à Conveniente, na consecução dos objetivos desse instrumento:

- I) Assegurar aos Aprendizes os seguintes direitos e benefícios:
 - a) Assegurar uma remuneração com base no salário-mínimo regional/hora em atividades teóricas e práticas;
 - b) Assegurar aos Aprendizes que cursam o ensino fundamental ou médio uma jornada de trabalho aprendiz que não exceda 4 (quatro) horas diárias, ou 120 (cento e vinte) horas mensais (incluídas as horas de aprendizado teórico);
 - c) Conceder Vale-transporte necessário para os deslocamentos do aprendiz de casa para o trabalho, em atividades práticas como nas teóricas, bem como seu retorno, em conformidade com a respectiva legislação;
 - d) Conceder ao adolescente aprendiz 30 dias de férias por ano, com remuneração acrescida do 1/3 constitucional e coincidentes com seu período de férias escolares;
 - e) Quitação de todos os encargos sociais devidos nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, da CLT e da legislação trabalhista e previdenciária, com a



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

apresentação da cópia autenticada dos comprovantes de recolhimento sempre que solicitado pela Conveniada;

- f) Não exceder o prazo legal de 2 (dois) anos para os contratos de aprendizagem, que deverão coincidir, obrigatoriamente, com o previsto no respectivo programa de aprendizagem;
 - g) Indicar expressamente nos contratos de aprendizagem o programa-objeto de aprendizagem, a jornada diária, a jornada semanal, a remuneração mensal, o termo inicial e final do contrato;
 - h) Proceder ao registro e anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- II)** Manter programa de aprendizagem definindo os objetivos do curso, seus conteúdos e a carga horária prevista;
- III)** Proceder ao registro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como entidade sem fins lucrativos que dentre suas finalidades estatutárias contemple a assistência ao adolescente e a educação profissional, na forma do art. 90 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990;
- IV)** Estruturar seus programas de aprendizagem, contemplando os requisitos da Portaria nº 723 de 24 de abril de 2012, do Ministério do Trabalho;
- V)** Prestar à Conveniada a orientação, o apoio, a supervisão e a ajuda técnica, entre outros elementos, necessários para a compensação das limitações funcionais motoras, sensoriais e mentais de Aprendizes portadores de deficiência, de modo a viabilizar seu processo de inserção no trabalho;
- VI)** Selecionar e contratar instrutores adequados à formação dos aprendizes;
- VII)** Executar os programas de aprendizagem, ministrando os conteúdos teóricos, orientando e supervisionando a execução das atividades práticas no âmbito da Conveniada, sempre de acordo com o Programa APRENDIZ;
- VIII)** Garantir a articulação e complementaridade entre a aprendizagem teórica e prática;
- IX)** Avaliar o processo de aprendizagem;
- X)** Fiscalizar a matrícula e frequência escolar daqueles Aprendizes que não tiverem concluído o ensino obrigatório;
- XI)** Desenvolver os programas de aprendizagem em ambientes adequados, que ofereçam as condições de segurança e saúde, em conformidade com as regras do art. 405 da CLT, e das Normas Regulamentares aprovadas pela Portaria nº 3.214/78;
- XII)** Desenvolver os programas de aprendizagem em horários compatíveis com a agenda escolar de cada Aprendiz, de modo a não prejudicar sua frequência às aulas do sistema de ensino regular;
- XIII)** Fornecer aos Aprendizes certificado definindo as competências, os conteúdos e as habilidades adquiridas durante o processo de profissionalização;
- XIV)** A Conveniente obriga-se a informar à Conveniada, até o último dia útil de cada mês, a somatória dos valores correspondentes a cada adolescente assistido
- XV)** Emitir recibo a favor da Conveniada referente aos valores creditados mensalmente em razão deste contrato.



- XVI)** Haverá obrigatoriedade do pagamento, conforme estabelecido no Anexo I, equivalente ao período legal de estabilidade da Aprendiz gestante que eventualmente finalizar o seu contrato com a Conveniente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

§ 1.º Constituem obrigações **DA CONTRATANTE**:

- I)** Emitir Ordem de Compra/Empenho.
- II)** Encaminhar para a CONTRATADA, Ordem de Compra em arquivo digital, via correio eletrônico (através do e-mail: compras@araucaria.pr.leg.br);
- III)** Efetuar o pagamento após os itens recebidos definitivamente;
- IV)** Aprovar ou reprovar os itens, após a vistoria e entrega dos mesmos;
- V)** Supervisionar, fiscalizar e atestar a entrega dos itens pela CONTRATADA;
- VI)** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE terá, em especial, poderes para acompanhar e sustar a entrega dos itens que estejam em desacordo com as especificações, normas ou sua orientação;
- VII)** Notificar a CONTRATADA por escrito, sobre a aplicação de eventuais penalidades, através da Gestão de Contratos, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- VIII)** Garantir o livre acesso às dependências da Câmara Municipal de Araucária aos funcionários da empresa durante o horário estipulado para a prestação dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DEVERES DA CONVENIADA

§ 1.º Cabe à Conveniada, na consecução dos objetivos:

- I)** Proporcionar aos Aprendizes formação técnico-profissional metódica, propiciando atividades práticas em articulação e complementaridade com as atividades teóricas ministradas pela Conveniente, em conformidade com um programa de aprendizagem condizente com as possibilidades físicas e intelectuais de um ser em desenvolvimento (como conceituado no Estatuto da Criança e do Adolescente), sempre em locais adequados da empresa e com observância das normas e regulamentos de proteção ao trabalho do jovem, em especial os artigos pertinentes à matéria contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, os artigos da CLT e a legislação complementar trabalhista e previdenciária, bem como as Instruções Normativas nº 26, de 20 de dezembro de 2001 da Secretaria de Inspeção do Trabalho, e a Portaria nº 88 de 28 abril de 2009 do Ministério do Trabalho, visando propiciar aos Aprendizes o exercício qualificado de profissões existentes em sua organização;
- II)** Receber, acompanhar, orientar, esclarecer e estimular os Aprendizes durante o processo de aquisição de conhecimento prático;
- III)** Participar da formação teórica quando houver solicitação da Conveniente (aulas, palestras e visitas);
- IV)** Colaborar com o monitoramento e avaliação do programa;
- V)** Garantir que o processo de transmissão de conhecimentos se faça por etapas metodicamente organizadas, do mais simples para o mais complexo;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- VI)** Comunicar a Conveniente para substituir os Aprendizes do Programa, a qualquer tempo, o que deverá se justificar nas seguintes situações:
 - a)** Completar 23 anos e 11 meses;
 - b)** Inadaptação do Aprendiz às atividades de iniciação ao trabalho;
 - c)** Ausências injustificadas à escola regular que implique perda do ano letivo (comprovada através de apresentação de declaração do estabelecimento de ensino regular);
 - d)** A pedido do Aprendiz e/ou de seu Representante Legal;
 - e)** Outras situações relevantes que possam caracterizar falta de natureza grave, nos moldes arrolados pelo artigo 482 da CLT;
- VII)** Fiscalizar a matrícula e frequência escolar daqueles Aprendizes que não tiverem concluído o ensino escolar obrigatório;
- VIII)** Avaliar, na prática, o desenvolvimento dos Aprendizes quanto às disciplinas teóricas ministradas pela Conveniente;
- IX)** Desenvolver os programas de aprendizagem em ambientes adequados, que ofereçam as condições de segurança e saúde, em conformidade com as regras do art. 405 da CLT, e das Normas Regulamentares aprovadas pela Portaria nº 3.214/78;
- X)** Desenvolver os programas de aprendizagem em horários compatíveis com a agenda escolar de cada Aprendiz, de modo a não prejudicar sua frequência às aulas do sistema de ensino regular;
- XI)** Apurar e informar à Conveniente sobre a frequência dos adolescentes até o dia 28, tomando por base o período compreendido entre os dias 15 (quinze) até o dia 14 (catorze) do mês subsequente;
- XII)** A Conveniada fará o aporte financeiro que será repassado à Conveniente.
- XIII)** A Conveniada obriga-se a efetuar o pagamento de eventuais valores extras, à Conveniente, a qualquer título, principalmente por determinação judicial, por questões ocasionadas e de responsabilidade da Conveniada.

CLÁUSULA NONA – DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DO SERVIÇO

- § 1.º** O prazo da entrega do objeto tem seu início de contagem a partir da data de envio da Ordem de Compra (data que consta no documento encaminhado via correio eletrônico ao fornecedor).
- I)** O prazo de início da realização dos serviços será de até 15 (quinze) dias corridos, prorrogáveis por até mais 15 (quinze) dias corridos, não ultrapassando o limite de 30 (trinta) dias corridos, mediante solicitação e justificativa enviada por e-mail (fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br) e/ou devidamente protocolada na Câmara Municipal de Araucária, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis do vencimento do prazo.
 - a)** A justificativa será analisada pela Diretoria-Geral, que concederá ou não a prorrogação conforme critérios da Administração.
 - b)** O prazo de resposta para pedidos de prorrogação são de 02 (dois) dias úteis.
 - c)** Fica a Fiscalização de Contratos (fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br) responsável por comunicar por correio eletrônico a decisão ao requerente.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- d) O prazo da prorrogação terá seu início informado no documento expedido que a autorizar.
 - II) Horário das atividades dos aprendizes será entre: as 8:00h às 17h respeitando o limite de 4 (quatro) horas diárias, em conformidade com o art. 1º e art. 16 da Lei nº 3.892 de 1º de Junho de 2022.
 - III) Os aprendizes atuarão no seguinte endereço: Rua Irmã Elizabeth Werka, 55 CEP 83704-580, no bairro do Fazenda Velha, na Cidade de Araucária, PR, no Edifício da Câmara Municipal de Araucária.
 - IV) Os aprendizes farão os cursos no endereço sede da CONTRATADA e/ou local a ser definido pela mesma.
- § 2.º O objeto deverá estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado no ANEXO I, do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- § 1.º Os serviços serão executados no regime indireto de fornecimento conforme detalhamento constante no Termo de Referência e Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- § 1.º Observado o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021 e Resolução nº. 91/2023 de 30 de março de 2023 (Capítulo XXII), o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:
- I) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO informando o término da execução do serviço, para posterior análise da conformidade com as especificações e qualidade do objeto (a ser verificada pela Fiscalização de Contratos em conjunto com o Setor Solicitante);
 - a) No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o mesmo ser novamente executado, conforme critérios a serem estabelecidos pelo Setor Solicitante.
 - b) Após notificação, à CONTRATADA deverá providenciar as correções do objeto imediatamente após ser notificado pela Fiscalização de Contratos, com o prazo de 02 (dois) dia(s) útil(eis).
 - c) Caso as correções não ocorram no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no Edital e/ou Contrato e/ou Instrumento Contratual.
 - II) Definitivamente, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do CONTRATADO, após a verificação e análise da qualidade do objeto e consequente aceitação, pela Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos.
- § 2.º Constatadas irregularidades no objeto contratual, a CONTRATANTE poderá:
- I) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte;
 - II) Rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, e será lavrado Termo de Recusa, apontando as falhas constatadas



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- § 3.º Por ocasião da entrega do objeto, a CONTRATADA deverá colher o Termo de Recebimento Provisório, emitido pela Fiscalização de Contratos.
- § 4.º No ato do recebimento, a Fiscalização de Contratos fará a verificação dos serviços prestados.
- § 5.º O recebimento provisório ou definitivo do serviço não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO pela solidez, qualidade e segurança do objeto e nem ético-profissional pela perfeita execução do mesmo;
- § 6.º O recebimento definitivo dar-se-á:
- I) Após a verificação física que constate a integridade dos itens;
 - II) Após a verificação da conformidade com as quantidades e especificações (descritivos) constantes no Termo de Referência.
- § 7.º Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á o Termo de recebimento Definitivo, assinado pela Chefia da Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

- § 1.º As partes, acima nomeadas, obrigam-se a manter sob o mais estrito sigilo os dados e informações considerados protegidos por sigilo legal e cuja restrição de acesso esteja prevista nos termos da Lei nº 12.527/11 e da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção dos Dados Pessoais (LGPD), eventualmente compartilhados, vedada a sua comunicação a terceiros, seja direta ou indiretamente, sob pena de responsabilização por violação de sigilo legal, conforme normais aplicáveis. Serão, ainda, consideradas Informações Confidenciais todas as informações que assim forem identificadas pelas partes, pelas legislações aplicáveis (inclusive a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados “LGPD”) ou que, devido às circunstâncias da revelação ou à própria natureza da informação devam ser consideradas confidenciais. A revelação das informações confidenciais não representa a concessão de qualquer tipo de licença explícita ou de qualquer outra natureza, nem de direitos de qualquer espécie para a parte receptora das informações. A parte receptora das informações se compromete a:
- I) Não utilizar tais informações em seu próprio benefício e/ou para qualquer propósito que não aquele para o qual foram reveladas, abstendo-se de divulgar, publicar, fazer circular, produzir cópia ou efetuar backup, por qualquer meio ou forma, de qualquer documento ou informação confidencial;
 - II) Zelar para que referidas informações não sejam divulgadas ou reveladas a terceiros, utilizando-se, no mínimo do mesmo zelo e cuidado que dispensa às suas próprias informações confidenciais;
 - III) A não revelar as informações confidenciais a quaisquer terceiros, salvo mediante prévia e expressa autorização da parte reveladora. Ainda, em caso de revelação das informações, a parte receptora se compromete, desde já, a repassar todas as obrigações descritas neste instrumento aos que vierem a ter acesso a tais informações, responsabilizando-se por eventuais descumprimentos; e,
 - IV) Informar imediatamente à parte reveladora qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido ou que venha a ocorrer por sua ação ou omissão,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

independentemente da existência de dolo.

- § 2.º As obrigações estabelecidas neste instrumento não serão aplicáveis a quaisquer informações confidenciais que:
- I) anteriormente ao seu recebimento pela parte receptora tenham se tornado públicas ou chegado ao poder da parte receptora por uma fonte que não a parte reveladora; ou;
 - II) Após o recebimento pela parte receptora, tenham se tornado públicas por qualquer meio que não como consequência de uma violação de sua obrigação aqui prevista.
- § 3.º Serão aplicáveis a este instrumento, as “Leis Aplicáveis à Proteção de Dados” que significa todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais, especificamente, a LGPD, além das normas e dos regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados.
- § 4.º A parte receptora se declara ciente e concorda que poderá ter acesso, utilizar, manter e processar, eletrônica e manualmente, informações e dados prestados pela parte reveladora (“dados protegidos”), exclusivamente para o presente Termo Contratual.
- § 5.º As partes se declaram cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da LGPD e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os dados protegidos na extensão autorizada na referida LGPD.
- § 6.º A parte receptora somente poderá tratar dados pessoais conforme as instruções da parte reveladora, a fim de cumprir suas obrigações para o presente termo contratual, jamais para nenhum outro propósito.
- § 7.º A parte receptora tratará os dados pessoais em nome da parte reveladora e de acordo com as instruções escritas fornecidas pela parte reveladora. Caso a parte receptora considere que não possui informações suficientes para o tratamento dos dados pessoais de acordo com este instrumento ou que uma instrução infrinja as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados, a parte receptora prontamente notificará a parte reveladora e aguardará novas instruções.
- § 8.º Se aplicável, a parte receptora se certificará que qualquer terceiro sob sua responsabilidade agirá de acordo com este instrumento, com as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados e às instruções transmitidas pela parte reveladora. A parte receptora se certificará que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam um compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
- § 9.º Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados ou terceiro solicitar informações diretamente das partes receptoras relativas ao tratamento de dados pessoais, a parte receptora submeterá esse pedido à apreciação da parte reveladora. A parte receptora não poderá, sem instruções prévias da parte reveladora, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de dados pessoais a qualquer terceiro.
- § 10 Este instrumento poderá ser alterado somente mediante a celebração de Termo Aditivo.
- § 11 A nulidade ou anulação de qualquer cláusula deste instrumento não implicará a nulidade ou anulação das demais cláusulas, que permanecerão em vigor, a menos que expressamente anuladas por decisão judicial.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- § 12 O não exercício pelas partes de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstos neste instrumento ou na legislação aplicável será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações ora estabelecidas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independentemente de comunicação prévia à parte. O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título e tempo.
- § 13 As partes declaram que o termo de contrato está de acordo com todas as legislações, princípios e normas aplicáveis.
- § 14 As partes declaram que estão cientes e já cumprem todas as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGDP).
- § 15 A inobservância de qualquer uma das disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitará a parte receptora ao pagamento ou ressarcimento, de todas as perdas e danos, materiais e morais, lucros cessantes, nos termos das legislações vigentes.
- § 16 O dever de sigilo e confidencialidade, descrito no presente Termo Contratual, permanecerá em vigor após a extinção das relações entre as partes (na forma do artigo 422 do Código Civil), bem como, entre os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E
SANÇÕES**

- § 1.º Conforme Art. 155 da Lei 14.133 de 2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente em caso de:
- I) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - II) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III) Dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - V) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:
 - a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) Deixar de apresentar amostra;
 - e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
 - VI) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida e válida para a contratação;
 - VII) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- VIII) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- IX) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII) Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

§ 2.º Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I) Advertência;
- II) Multa;
- III) Impedimento de licitar e contratar e
- IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 3.º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II) As peculiaridades do caso concreto;
- III) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 4.º Caso a CONTRATADA, seja responsabilizada por ato, que esteja enquadrado em algum subitem do § 1º da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES, estará sujeita às sanções, conforme consta no art. 156, Lei 14.133/2021:

- I) Advertência, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista, inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- II) A Multa será recolhida em percentual de 10% a 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - a) Para as infrações previstas no § 1º da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES, incisos I, II e III, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
 - b) Para as infrações previstas no § 1º da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES, incisos V, VI, VII, VIII e IX, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
 - c) Nos casos de reincidência formalmente notificada de qualquer descumprimento passível de advertência e no descumprimento dos prazos estabelecidos e condições de entrega/recebimento contidos na CLÁUSULA NONA – DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DO SERVIÇO deste Contrato, a multa será de 10% do



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

valor do contrato licitado.

- III) Impedimento de licitar e contratar com o Município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do § 1º da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção.
- IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do § 1º da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- § 5.º As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- § 6.º No processo de aplicação de sanções para apuração de responsabilidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis contado da data de sua intimação.
- § 7.º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no § 2º da CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONTRATAÇÃO E VIGÊNCIA, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- § 8.º Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- § 9.º Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- § 10 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- § 11 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- § 12 Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.



- § 13 As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONTRATAÇÃO E VIGÊNCIA

- § 1.º Observados os dispostos no artigo 91 da Lei 14.133/2021, a contratação se dará via assinatura de contrato;
- § 2.º O instrumento contratual deverá ser assinado em até 03 (três) dias úteis, a contar da data de recebimento da convocação formal.
- § 3.º O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 05 (cinco) anos, contados da data de emissão da Ordem de Compra e/ou instrumento equivalente, na forma caput do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.
- § 4.º Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA– DA RESCISÃO

- § 1.º A rescisão do presente CONTRATO se dará:
- I) AMIGAVELMENTE, por acordo entre as partes contratantes, desde que verificada a conveniência para o CONTRATANTE.
 - II) UNILATERALMENTE, pelo CONTRATANTE, diante do não cumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no presente CONTRATO, e/ou pela verificação das hipóteses previstas no inciso I do art. 138, da Lei nº 14.133/2021.
 - III) JUDICIALMENTE, nos termos da legislação processual em vigor.
- § 2.º Não caberá qualquer direito indenizatório à Rescisão Amigável.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

- § 1.º Ocorrida a prorrogação, os preços contratados poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, adotando-se àquele que for mais vantajoso para a Administração Pública, devidamente demonstrado na oportunidade da concessão do reajuste. Os demais itens da planilha de custos (uniformes, vale-transporte, etc) poderão sofrer reajustes, após a devida comprovação e provocação da Contratada, através de reequilíbrio econômico-financeiro.
- § 2.º O reajuste (reequilíbrio) se dará via apostilamento.

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- § 1.º A CONTRATANTE e a CONTRATADA obrigam-se a comunicar formalmente um ao outro, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após o conhecimento do fato, qualquer incidente de segurança que possa ferir os direitos dos titulares de dados pessoais.
- § 2.º A CONTRATANTE e a CONTRATADA, comprometem-se a cumprir integralmente o contido na Lei nº 13.709/2018 – lei Geral de Proteção de dados Pessoais, assim como devem



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

resguardar a integridade e a confidencialidade de todos os dados pessoais recebidos em consequência do objeto do presente CONTRATO, não devendo, em hipótese alguma, utilizar e/ou tratar referidos dados para outros fins, salvo para cumprimento de obrigação legal.

- § 3.º A violação de quaisquer dos compromissos e obrigações estabelecidos neste CONTRATO e/ou nas leis brasileiras em geral dará a CONTRATADA o direito de rescindir o presente CONTRATO e aplicar as sanções administrativas previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA – ANTICORRUPÇÃO

- § 1.º As partes declaram conhecer as normas de prevenção a corrupção, prevista na legislação brasileira, dentre elas, a lei de improbidade administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, comprometem-se que, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a aceitar, de a quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente CONTRATO, seja de forma direta ou indireta quanto ao objetivo deste CONTRATO, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.
- § 2.º A CONTRATADA declara, por livre manifestação, não estar envolvida, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, sócios, consultores ou partes relacionadas, em qualquer atividade ou prática que caracterize infração administrativa nos termos da lei Anticorrupção.
- § 3.º A CONTRATADA declara que, direta ou indiretamente, não forneceu, pagou ou autorizou o pagamento, nem concordou em dar presentes ou qualquer objeto de valor a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de se beneficiar ou beneficiar a CONTRATANTE ilicitamente e se compromete a não fazê-lo durante toda a vigência do presente CONTRATO.
- § 4.º As partes se comprometem a não contratarem como empregados ou firmarem qualquer forma de relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especiais pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção e de lavagem de dinheiro.
- § 5.º A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações vigentes, bem como em casos em que obtiver ciência acerca de qualquer prática de suborno ou corrupção.
- § 6.º O descumprimento pela CONTRATADA das normas legais anticorrupção e do disposto neste CONTRATO será considerado uma infração grave e implicará na possibilidade de rescisão do instrumento contratual pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus ou penalidade, respondendo a CONTRATADA, ainda, sobre eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

- § 1.º Fica sob responsabilidade da Câmara de Vereadores de Araucária, por meio da Fiscal de Contratos Rosimaria Araújo da Silva, Matrícula nº 2054 e CPF nº 29.199.339-49 ou, quando



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

necessário, a Fiscal Substituta Rayane Ferreira dos Santos Souza, Matrícula nº 20701 e CPF nº 083.295.389-07, acompanhar a execução da entrega, registrar em relatório todas as ocorrências relacionadas com a sua execução e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO GESTOR DE CONTRATO

§ 1.º Fica designada, com fundamento no artigo 67, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Resolução nº. 91/2023 e suas alterações a Servidora Lucivanda Silva Camargo, portadora do CPF nº. 489.770.559-20, Chefe da Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos, para acompanhar e gerenciar o cumprimento das cláusulas e condições deste Contrato, na qualidade de Gestora do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

§ 1.º A garantia mínima dos serviços deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir do Recebimento Definitivo pela Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- § 1.º CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE.
- § 2.º O Termo de Referência e seus anexos detalhado dos serviços fazem parte deste instrumento contratual, bem como a obrigação do CONTRATADO de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta.
- § 3.º A existência e atuação da fiscalização da CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne aos serviços contratados, as suas consequências e implicações.
- § 4.º Se verificada na constância da execução do presente CONTRATO, a superveniência de insolvência, concordata ou falência da CONTRATADA, serão considerados os valores não pagos como créditos privilegiados do CONTRATANTE, podendo o mesmo prosseguir no final da execução do CONTRATO.
- § 5.º A Câmara Municipal de Araucária, por razões de interesse público poderá alterar unilateralmente o Contrato Administrativo a fim de que a CONTRATADA aceite, nas mesmas condições constantes da Proposta Comercial, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, conforme estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- § 6.º A CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, os serviços contratados, mediante o pagamento único e exclusivo daqueles já executados, considerando-se, para tanto, os valores unitários.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- § 7.º A CONTRATANTE, direta ou indiretamente, fiscalizará e acompanhará os serviços do objeto deste CONTRATO.
- § 8.º A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o exigido neste CONTRATO.
- § 9.º A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DE NÃO EXERCÍCIOS DE DIREITOS

- § 1.º O não exercício de direitos assegurados neste CONTRATO ou na Lei, não constituirá causa de novação ou renúncia dos mesmos, os quais poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA ABRANGÊNCIA

- § 1.º O presente CONTRATO obriga as partes, herdeiros e sucessores por todos os termos e cláusulas deste CONTRATO.
- § 2.º O Edital, o Termo de Referência, e os seus anexos são parte integrante deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO

- § 1.º Fica eleito o Foro Regional de Araucária, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir quaisquer questões relativas a interpretações, aplicação e execução do presente CONTRATO, renunciando as partes de outro qualquer por mais privilegiado que possa ser.

Araucária, XX de XXXXXX de 2024.

Testemunhas:

Nome: _____
CPF/MF: _____

Nome: _____
CPF/MF: _____